

Mordomias emperram acordo dos juros

Conta da negociação é de US\$ 8 milhões e inclui até babás

BRASÍLIA — O governo e os bancos credores praticamente concluíram o protocolo do acordo sobre os US\$ 8 bilhões de juros atrasados da dívida externa, mas a versão final do documento ainda depende de um detalhe importante: definir quem vai pagar as despesas das negociações que, apenas na etapa dos atrasados, já se arrastam há sete meses. O país corre o risco de ter que pagar custos de escritórios de advocacia e até mesmo de babás incluídas em comitivas de negociação. A questão ganha importância quando se consideram as cifras envolvidas. As negociações do último acordo de reescalonamento da dívida brasileira, em 1988, custaram ao país US\$ 8 milhões, segundo fontes do Banco Central.



Dauster tenta ratear gastos

Esse valor incluiu as despesas de viagem e hospedagem, em Nova Iorque, da comitiva brasileira e dos 21 banqueiros que, na época, integravam o comitê dos bancos (o atual comitê foi ampliado para 25 membros), além das despesas com os escritórios de advocacia contratados para assessorar as duas partes na negociação. Uma cláusula do acordo previa que todas as despesas, mesmo os gastos com os advogados dos bancos, ficariam por conta do governo brasileiro. Um exame das faturas apresentadas pelos banqueiros revelou que até mesmo despesas com babás (baby sitters) foram incluídas na prestação de contas apresentadas ao Banco Central.

Por essa razão, ao iniciar a atual etapa das negociações, em outubro do ano passado, o governo estabeleceu como ponto de honra que não iria mais pagar as despesas do comitê. Os bancos, entretanto, alegando que o acordo

atual nada mais é do que um desdobramento da negociação de 1988, estão exigindo a manutenção da cláusula que atribui ao governo brasileiro o pagamento das despesas. O chefe da delegação brasileira, embaixador Jório Dauster, está há dez dias em Nova Iorque tentando encontrar uma solução para o problema.

A última proposta feita por Dauster prevê uma solução de meio termo. O embaixador propôs que, pelo menos no caso das despesas com advogados, os custos sejam divididos: os bancos pagariam os trabalhos que encomendaram e o governo faria o mesmo com a assessoria que contratou diretamente; as despesas legais consideradas comuns seriam divididas meio a meio. No acordo de 1988, as despesas legais custaram US\$ 3 milhões, segundo os registros do BC. Segundo a nova Constituição, todas as cláusulas do acordo, inclusive a que define o pagamento das despesas, devem ser aprovadas pelo Senado Federal.